

Sumário

Agradecimentos.....	7
Intróito	9
Prefácio	11
Apresentação.....	15
1. Introdução	23
2. Poder Judiciário, processo, democracia e hermenêutica.....	27
2.1. A Democracia: Aspectos Relevantes	28
2.2. Democracia e Garantias Constitucionais do Processo.....	37
2.2.1. O Princípio Democrático e o Acesso à Jurisdição Constitucional	41
2.2.2. A Legitimidade Restrita para Propositora das Ações do Controle Concentrado	46
2.2.3. A eficácia vertical dos direitos fundamentais e sua aplicação nas relações horizontais.....	49
2.2.4. A teoria da negação da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	51
2.2.5. A teoria da eficácia mediata ou indireta dos direitos fundamentais.....	54
2.2.6. A teoria da eficácia direta ou imediata dos direitos fundamentais.....	55
2.3. Crise do Estado, da Constituição e a Hermenêutica	57
2.3.1. Crise da Constituição.....	60
2.3.2. A crise do Direito Processual	64
2.3.3. Hermenêutica e superação das complexidades.....	70
2.3.3.1. Do proceduralismo ao substancialismo: qual a melhor saída?	74

2.3.4. A superação da crise do Processo revelada através da Hermenêutica	79
3. Decisão judicial, racionalidade, legalidade e discricionariedade	87
3.1. Sentença	87
3.1.1. Sentença no CPC	88
3.1.2. Espécies de sentenças	89
3.1.3. Destinatários, eficácia e efeitos da sentença	95
3.1.4. Elementos e aspectos de relevo da sentença	96
3.1.5. Sentença e o dever de fundamentação	98
3.2. O dispositivo da sentença é o que importa?	103
3.2.1. <i>A obiter dictum</i>	106
3.2.2. A escolha para uma teoria da validade da <i>obiter dictum</i>	107
3.2.3. Os critérios para a validade	111
3.2.3.1. A fundamentação jurídica	112
3.2.3.2. O pedido ser juridicamente possível	115
3.2.3.3. O dispositivo ser juridicamente e fisicamente possível	117
4. Ativismo judicial e controle de constitucionalidade: (des)controle judicial de políticas públicas	119
4.1. A visão do ativismo judicial na jurisdição espanhola	124
4.2. Ativismo judicial e judicialização da política	128
4.3. O ativismo como uma ficção hermenêutica	135
4.3.1. O ativismo judicial enquanto teoria	137
4.3.1.1. O ativismo judicial pela ótica positiva	138
4.3.1.2. O ativismo judicial pela ótica negativa	142
4.3.1.2.1. O ativismo como ação ilegítima do Estado	144
4.3.1.2.2. Democracia e juristocracia	146
4.3.1.2.3. Os desacordos morais razoáveis	148
4.3.1.3. O ativismo judicial pela lógica prática	151
4.3.1.4. A síntese: a ficção hermenêutica	156
4.3.2. A judicialização da política e de políticas públicas como um fenômeno consequencialista e não hermenêutico	158
4.4. O controle judicial e a concretização de políticas públicas	162

4.4.1. O controle judicial de políticas públicas realizado pelo Supremo Tribunal Federal	164
4.5. Limites ao controle judicial de políticas públicas?!	194
4.6. Critérios processuais de autocontenção (<i>standing to sue, a ripeness, a mootness e a political question</i>)	202
5. Sistema brasileiro de precedentes e jurisdição constitucional: para uma forma (ficção) de ativismo judicial?!	203
5.1. Conceito de precedentes	204
5.1.1. Sistema de precedentes à brasileira e a influência do CPC	208
5.1.1.1. A fundamentação e estrutura dos precedentes	210
5.1.1.2. A força dos precedentes e o Poder Judiciário	212
5.1.1.2.1. Os precedentes e a inconstitucionalidade	214
5.1.1.2.2. Os precedentes à brasileira e os formadores de precedentes	216
5.1.1.2.3. Influência, efeitos e superação dos precedentes	218
5.1.1.2.4. Conflito entre precedentes	220
5.1.1.2.5. Precedentes: para uma forma (ficção) de ativismo judicial?!	220
5.2. Reclamação e o descumprimento dos precedentes	221
5.2.1. Natureza jurídica	224
5.2.2. Classificação da Reclamação	228
5.2.3. Cabimento	229
5.2.4. Sujeitos da Reclamação	231
5.2.5. Procedimento, julgamento e efeitos da reclamação	232
5.2.6. Reclamação e Ativismo Judicial: o Batman de Gotham City?!	234
6. Aplicações práticas da jurisdição constitucional brasileira	237
6.1. O constitucionalismo	238
6.1.1. A necessidade de criação de um mecanismo de proteção da Constituição	241
6.1.2. A proteção jurisdicional da Constituição	243
6.1.2.1. O Controle Concentrado de Constitucionalidade	245
6.1.2.2. O controle difuso de constitucionalidade	246

6.1.3. O recurso extraordinário brasileiro como instrumento de aproximação entre os sistemas de controle de constitucionalidade	250
6.1.3.1. O recurso extraordinário e a sua disciplina no ordenamento jurídico brasileiro.....	251
6.1.3.2. Os Efeitos da Decisão em Recurso Extraordinário	254
6.1.3.3. O Elo de Aproximação entre os Sistemas de Controle de Constitucionalidade no Brasil.....	255
6.2. A Omissão do Legislador na Regulamentação das Políticas Públicas de Incentivo à Adoção e a Atuação da Jurisdição Constitucional para Efetivação dos Direitos Fundamentais.....	256
6.2.1. As normas de eficácia programática e a inconstitucionalidade resultante de sua inobservância	258
6.2.2. A Constituição Federal de 1988 e as normas programáticas em relação à adoção. a falta de norma regulamentadora do art. 227, § 3º, VI, CF/88	262
6.2.3. Possibilidade de ajuizamento de mandado de injunção para colmatar o vácuo normativo do legislador	263
6.3. A Supressão de Omissão Inconstitucional por Meio de Interpretação Constitucional: a ADO 26 e o MI 4.733	264
6.3.1. A ADO 26 e o MI 4.733	271
6.3.2. A Decisão Judicial como Instrumento de Efetivação de Direitos Fundamentais Mediante a Aplicação dos Métodos Interpretativos Constitucionais.....	274
6.4. A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a Tensão entre os Poderes Constituídos.....	281
6.4.1. A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a Declaração de Inconstitucionalidade Proferida pelo Supremo Tribunal Federal	285
6.5. A Função Normativa da Jurisdição Constitucional	286
7. Elementos para uma teoria do controle (ativismo) coparticipativo, colaborativo e dialogal	299
7.1. Elementos.....	307
7.2. Modelo cooperativo e os envolvidos	312
7.3. Limites	327
7.4. Ativismo judicial baseado em diálogo dos envolvidos, interessados e instituições.....	337

7.5. Elementos para uma teoria do ativismo judicial coparticipativo, colaborativo e dialogal.....	339
7.6. Processo estrutural e ativismo: algo em comum?.....	347
7.6.1. O que é processo estrutural?	347
7.6.2. Deferência e diálogo.....	366
7.6.3. Art. 52, X, da Constituição Federal	370
7.6.4. Algumas (in)certezas entre a jurisdição e a ficção.....	374
8. Considerações finais.....	375
9. Posfácio.....	381
10. Referências	385